

## Entre Vozes e Confrontos: a Construção da Imagem Política de Erika Hilton em um Cenário de Intolerância

Rafael Loango de Oliveira<sup>1</sup>

Vanderson Souza Manso<sup>2</sup>

Vanessa Fabíola Silva de Faria<sup>3</sup>

**Resumo:** A deputada federal Erika Hilton, recebeu notoriedade, em 2020, ao se tornar a primeira vereadora transgênero eleita pela cidade de São Paulo, com maior votação do país. A defesa intransigente e forte de suas pautas, em especial a defesa dos interesses da comunidade LGBTQIAPN+, projetaram-na num lugar de evidência o cenário político nacional, sendo alvo de constantes ataques aos quais têm de rebater. Inserido neste contexto, o objetivo deste trabalho é analisar como é feita a construção da imagem pública da deputada por meio da análise da representação discursiva de si e de seus adversários. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa e interpretativista e de natureza bibliográfica e documental, cujo corpus consiste dos enunciados transcritos de um vídeo publicado em sua rede social Youtube. Como aporte teórico, esta pesquisa conta com os conceitos teórico metodológicos da Análise Textual dos Discursos (ATD) cf. Adam (2011), associados ao conceito de interseccionalidade (cf. Crenshaw, 2002). Os resultados demonstraram que a deputada Erika Hilton constrói sua imagem política por meio de estratégias discursivas que reafirmam sua posição de defesa dos direitos LGBTQIAPN+. O uso de referência e de mecanismos interdiscursivos para marcar distinções entre si e seus adversários, revelando como ela reforça sua legitimidade e autoridade política. Concluímos que a escolha de elementos discursivos específicos evidenciaram como a deputada constrói uma identidade política associada à resistência e à luta por direitos, contrastando-se com os posicionamentos de seus opositores, que frequentemente recorrem a estratégias de deslegitimação.

**Palavras chaves:** Erika Hilton; Representação Discursiva; Comunidade; Imagem de si.

**Abstract:** Federal Deputy Erika Hilton gained prominence in 2020 by becoming the first transgender councilwoman elected in São Paulo, achieving the highest vote count in the country. Her steadfast and strong advocacy for her causes, particularly the defense of LGBTQIAPN+ community interests, has propelled her into the national political spotlight, making her the target of constant attacks she must counter. Within this context, the aim of this study is to analyze how the public image of the deputy is constructed through the analysis of her self-representation and that of her adversaries. This study adopts a qualitative and interpretative approach and is bibliographic and documentary in nature, with its corpus consisting of transcribed statements from a video published on her Youtube social media account. The theoretical framework is grounded in the theoretical-methodological concepts of Discourse Textual Analysis (DTA) (cf. Adam, 2011), combined with the concept of intersectionality (cf. Crenshaw, 2002). The results demonstrate that Deputy Erika Hilton constructs her political image through discursive

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Licenciatura em Letras -UNEMAT/ Sinop

<sup>2</sup> Graduando do curso de Licenciatura em Letras -UNEMAT/ Sinop

<sup>3</sup> Professora do curso de Licenciatura em Letras – UNEMAT/ Sinop

strategies that reaffirm her position as a defender of LGBTQIAPN+ rights. She employs referencing and interdiscursive mechanisms to draw distinctions between herself and her adversaries, revealing how she reinforces her legitimacy and political authority. We concluded that the choice of specific discursive elements highlights how the deputy constructs a political identity associated with resistance and the fight for rights, contrasting with the positions of her opponents, who often resort to delegitimization strategies.

**Keywords:** Erika Hilton; Discursive Representation; Community; Self-image.

## 1 Introdução

A luta pelos direitos da comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil tem marcas históricas de desafios e conquistas, percorrendo um caminho de respeito, informação e conscientização com datas e fatos que marcaram a trajetória do movimento LGBT no país, como a luta pelo reconhecimento da união homoafetiva, conquistada desde 2011, assim como a criminalização da homofobia, traduzida em leis antidiscriminação que proíbem a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero. A luta pelos direitos da comunidade é uma questão de justiça social e igualdade. Continuar a educar e sensibilizar a sociedade sobre a importância dos direitos humanos para todos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, é uma tarefa necessária mesmo agora na segunda década do século XXI.

Em 2022, foram eleitos 18 parlamentares LGBTQIA+, incluindo as deputadas trans Erika Hilton (PSOL-SP) e Duda Salabert (PDT-MG), que lutam pelos direitos políticos que atendem as necessidades de grupos marginalizados. No Brasil a luta pelos direitos da comunidade teve início na década de 1980 com manifestações públicas, com um marco fundador da militância homossexual no país em 1978, pela criação do grupo Somos (Grupo de Afirmação Homossexual). Segundo o relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais (ILGA), o Brasil ocupa o primeiro lugar nas Américas em quantidade de homicídios de pessoas LGBTQs e também é o líder em assassinato de pessoas trans no mundo.

A representatividade política é necessária para garantir que as vozes e os direitos da comunidade LGBTQIAPN+ sejam ouvidos e respeitados. Essa representatividade se reflete em diversas esferas, como a legislação e as políticas públicas que nos cargos políticos ajudam a promover leis que protejam os direitos dessa comunidade, como a criminalização da homofobia e a promoção de políticas de inclusão. Tais ações têm o potencial para destacar a visibilidade e aceitação das figuras públicas da comunidade no

cenário político, contribuindo para a normalização e aceitação da diversidade sexual e de gênero na sociedade, desafiando estereótipos e preconceitos com o apoio da mobilização social de políticos que se identificam com a comunidade podem mobilizar e engajar mais pessoas em questões que afetam diretamente a vida dos LGBTQIAPN+, promovendo uma maior participação cívica.

Em sua trajetória política, Hilton frequentemente lida com ataques e comentários negativos que visam deslegitimar sua posição e suas conquistas, especialmente se considerarmos que, muitas vezes, suas propostas e iniciativas enfrentam resistência de adversários políticos que não reconhecem ou não apoiam os direitos LGBTQIAPN+, dificultando a implementação de políticas inclusivas. No atual ambiente político, altamente polarizado, ela se torna alvo de ataques não apenas por sua identidade, mas também por suas posições políticas, o que afeta sua imagem pública e a percepção de seu trabalho. Embora sua eleição tenha sido um marco, a representatividade de pessoas trans na política ainda é escassa, por isso também Hilton carrega a responsabilidade de representar não apenas a si mesma, mas toda uma comunidade que historicamente foi marginalizada.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender como estratégias discursivas são mobilizadas para construir a imagem pública de figuras políticas que ocupam posições de resistência e enfrentamento a estruturas sociais opressivas. Erika Hilton, enquanto mulher trans, negra e integrante da comunidade LGBTQIAPN+, encarna uma multiplicidade de identidades que desafiam sistemas de opressão interseccionais, como transfobia, racismo e machismo.

Ao investigar a representação discursiva de Hilton a partir dos conceitos de referenciação, interdiscurso e formações socioculturais, o estudo não apenas contribui para os debates sobre análise textual discursiva, mas também propõe reflexões sobre as formas como as narrativas de resistência e enfrentamento são construídas em contextos marcados por intolerância.

O objetivo deste artigo é analisar quais são as estratégias textuais discursivas utilizadas pela deputada para a construção de sua imagem, através de seus pronunciamentos em defesa da representação política de grupos minoritários. Essa análise tomou como corpus enunciados transcritos de um vídeo da deputada durante pronunciamento numa comissão da câmara em discussão sobre o projeto de lei contra o

casamento homoafetivo no dia 28 de setembro de 2023 e publicado em suas redes sociais, entre elas o Youtube.

Por fim, se esclarece a organização deste artigo dividido em cinco sessões. Inicialmente apresentamos nossa proposta de trabalho nesta seção, na próxima estabelecemos o lugar teórico de onde extraímos as categorias e unidades de análise, a saber, o quadro teórico da Análise Textual dos Discursos (ATD) conforme elaborada por Adam (2011) complementado pelos conceitos de interseccionalidade (cf. Crenshaw) e performatividade de gênero (cf. Butler, 1990). Na sequência, detalhamos os procedimentos metodológicos adotados neste estudo, para em seguida, na seção seguinte, apresentarmos os principais achados e nossa análise. Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

## **2. Fundamentação Teórica**

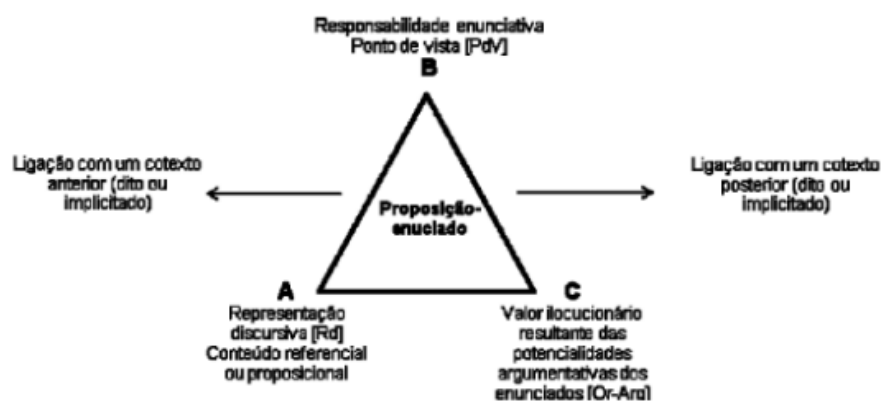
Neste artigo iremos tratar sobre a autorreferenciação e a heterorreferenciação, sobre a Representação discursiva (Rd), segundo Adam (2011), a performatividade de gênero, conforme Butler (1990) e a interseccionalidade, conforme Crenshaw (1989).

A Análise Textual dos Discursos (ATD) propõe uma abordagem que articula conceitos da Linguística Textual (LT) e da Análise do Discurso Francesa (ADF), ampliando o foco tradicional da análise textual para contemplar a interação entre os textos e os contextos sociais em que são produzidos. O autor argumenta que a LT deve ser considerada um subcampo da AD, na medida em que os textos não apenas organizam informações e proposições, mas também constroem sentidos em função de dinâmicas discursivas e interdiscursivas. Sob essa perspectiva, os textos são compreendidos como produtos de práticas discursivas situadas, inseridos em contextos socioculturais e históricos que moldam sua produção e interpretação.

Essa proposta amplia o escopo da análise textual para além de questões formais, incorporando dimensões discursivas que abordam a relação dos textos com suas condições de produção e circulação. Adam (2011) sugere que os textos articulam proposições, referências e posicionamentos enunciativos que demandam um exame atento às relações entre os elementos internos ao texto e os aspectos externos, como os discursos que os antecedem e os efeitos que pretendem produzir. Assim, a ATD se

estabelece como uma metodologia que integra aspectos estruturais e funcionais na investigação do papel dos textos na constituição de sentidos.

Neste quadro, a Rd é um dos níveis da análise textual que permite analisar como os textos configuram imagens do mundo e dos sujeitos a partir de operações referenciais e argumentativas. O modelo triangular proposto por Adam(2011) organiza essa análise em três dimensões: a ligação com um contexto anterior, explícito ou implícito (lado A do triângulo), a responsabilidade enunciativa que reflete o ponto de vista assumido pelo enunciador (vértice B), e o valor ilocucionário, que representa as potencialidades argumentativas dos enunciados (lado C). Esse modelo destaca a interação entre os elementos referenciais e enunciativos na construção de sentidos. Este modelo é esquematizado a seguir:



Fonte: Adam, 2011

A aplicação desse modelo é particularmente relevante para a análise de discursos que buscam estabelecer ou contestar posições políticas e sociais. A conexão com contextos anteriores (A) permite situar o texto em cadeias interdiscursivas, enquanto a responsabilidade enunciativa (B) identifica os pontos de vista que sustentam o discurso. O valor ilocucionário (C), por sua vez, examina as estratégias argumentativas empregadas para persuadir ou refutar. No caso de discursos políticos, como os de Erika Hilton, essa abordagem possibilita compreender como a deputada constrói sua imagem pública e diferencia sua posição em relação a seus adversários, evidenciando os mecanismos referenciais e argumentativos utilizados para reforçar sua legitimidade e autoridade política.

Duas noções fundamentais para entender a representação discursiva, no âmbito deste trabalho, são a autoreferenciação e a heterorreferenciação. Elas dizem respeito a

diferentes modos de o discurso referir-se a elementos, sejam internos ou externos ao próprio discurso. A autorreferenciação refere-se ao ato de um discurso se referir a si mesmo ou ao próprio enunciador. Esse mecanismo é importante para identificar-se a construção da identidade do enunciador e para a legitimação de suas afirmações. Por outro lado, a heterorreferência diz respeito à referência a outros indivíduos ou grupos dentro do discurso. Esse conceito é o que nos permitiu identificar como as identidades são construídas em relação ao "outro". A interação entre autorreferência e heterorreferência contribui para a construção dos pontos de vista, na medida em que a maneira como um enunciador se posiciona em relação a si mesmo e aos outros pode influenciar a recepção do discurso e a dinâmica social.

As unidades de análise da representação discursiva, conforme Adam (2011), são quatro e dizem respeito aos principais mecanismos linguísticos e discursivos que estruturam os enunciados:

O primeiro, deles, a referenciação trata do Trata-se do processo de introdução e manutenção de referentes no discurso. Inclui estratégias como anáforas, dêixis e reformulações, que garantem a continuidade referencial e a coesão do texto. O segundo, a predicação, se refere aos atributos ou características associados aos referentes no discurso. É a atribuição de qualidades, estados ou ações aos sujeitos ou objetos mencionados, contribuindo para a construção de sentidos e avaliações. Depois, a modificação que diz respeito às operações que ampliam, restringem ou especificam os referentes por meio de adjetivos, advérbios ou locuções modificadoras. A modificação reflete escolhas discursivas que orientam o ponto de vista do enunciador. Por fim, a localização que envolve a ancoragem dos referentes no espaço e no tempo, situando os eventos ou entidades mencionados em um contexto discursivo específico. Isso contribui para a construção de um cenário narrativo e argumentativo.

Essas unidades de análise permitem compreender como os elementos discursivos são organizados para produzir efeitos de sentido, construir identidades e sustentar argumentos em contextos específicos. Em se tratando da referenciação, poderíamos nos perguntar qual seria exatamente o papel da referenciação no estabelecimento dos posicionamentos enunciativos. Embora a referenciação, à primeira vista, pareça um elemento puramente textual, ela vai além do nível estritamente linguístico. Isso ocorre porque o processo de referenciação está intrinsecamente ligado às escolhas discursivas

do enunciador, revelando sua perspectiva e seu posicionamento diante dos referentes introduzidos no discurso (cf. Cortez; Koch, 2014).

Este posicionamento pode ser identificado por meio dos seguintes pontos:

i) na seleção e introdução de referentes, pois o ato de escolher quais referentes serão introduzidos ou destacados no discurso não é neutro. Um enunciador pode, por exemplo, selecionar elementos que reforcem sua tese ou excluam perspectivas concorrentes. Essa seleção reflete uma postura discursiva, mesmo que mediada por um mecanismo linguístico;

ii) na caracterização dos referentes, na medida em que, por meio da referenciação, os referentes não são apenas identificados, mas também avaliados. Isso se dá frequentemente em associação com a predicação e a modificação, em que os referentes recebem qualidades ou características que explicitam o ponto de vista do enunciador. Por exemplo, referir-se a um movimento social como "defensores de direitos humanos" ou como "grupos radicais" implica posicionamentos distintos;

iii) nas estratégias interdiscursivas, pois a referenciação dialoga com discursos anteriores e o contexto social mais amplo. Os referentes introduzidos são situados dentro de cadeias interdiscursivas que carregam valores, crenças e interpretações consolidadas. Assim, ao referir-se a algo ou alguém, o enunciador mobiliza não apenas o referente em si, mas também as cargas ideológicas e semânticas associadas a ele.

iv) a forma como os referentes são mantidos ao longo do discurso (por exemplo, por meio de anáforas ou reformulações) orienta o leitor ou ouvinte em direção a interpretações específicas, contribuindo diretamente para a continuidade referencial e argumentação. Reformulações, em particular, podem ser usadas para reinterpretar ou requalificar um referente, marcando um reposicionamento estratégico do enunciador.

Desta forma consideramos que a referenciação, apesar de parecer um processo textual "técnico", funciona como uma ferramenta discursiva que nos possibilita identificar como um enunciador se posiciona, marca alinhamentos e oposições, e constrói sentidos diversos no interior de interações discursivas. Isso é particularmente relevante no contexto político ou social, em que a escolha de como referir-se a pessoas, grupos ou ideias demonstra os efeitos do discurso.

A análise da representação discursiva, destacando-se a interação entre autorreferenciação e heterorreferenciação, oferece subsídios para compreender como as

identidades são construídas e negociadas no discurso. Contudo, para aprofundar essa compreensão, é necessário incorporar perspectivas teóricas que problematizem a identidade como um processo dinâmico e performativo, além de interseccional.

Nesse sentido, o conceito de performatividade, amplamente desenvolvido por Butler (1990)<sup>4</sup>, complementa a análise, evidenciando como os discursos não apenas descrevem, mas também produzem e sustentam identidades por meio de práticas reiteradas. Desta forma, consideramos a possibilidade de postular como os enunciados discursivos não apenas representam o gênero e a identidade, mas os constituem em contextos sociais e políticos específicos. Gênero não é algo que se possui, mas sim algo que se faz, através de uma série de atos, comportamentos e práticas que são repetidos ao longo do tempo. Essa ideia desestabiliza a noção de que gênero é uma característica fixa e inata, sugerindo, em vez disso, que é uma construção social (cf. Butler, 1990).

A performatividade de gênero implica o fato de que os indivíduos não expressam um gênero pré-existente, mas sim o constroem por meio de suas ações e interações sociais. Butler argumenta que essa performance é regulada por normas sociais que ditam o que é considerado "masculino" ou "feminino". Assim, a subversão dessas normas pode abrir espaço para novas formas de expressão de gênero. A performatividade, portanto, não é apenas sobre a repetição; ela também contém o potencial para resistência e transformação social. A autora desafia as categorias tradicionais de gênero, propondo que a identidade de gênero é fluida, dinâmica e influenciada por contextos culturais e sociais. Isso leva a uma compreensão mais inclusiva e diversificada das identidades de gênero e das experiências humanas.

A interseccionalidade, outro conceito importante para este trabalho, proposta por Crenshaw (1989; 2002) contribui para identificar como diferentes formas de opressão e discriminação se interconectam. Interseccionalidade refere-se à maneira como diferentes identidades sociais (como raça, gênero, classe, sexualidade, entre outras) se sobrepõem e interagem, criando experiências únicas de discriminação ou privilégio. A autora introduziu esse conceito para destacar que as experiências de mulheres negras, por exemplo, não podem ser compreendidas apenas através da lente do racismo ou do

---

<sup>4</sup> Uma das filósofas e teóricas mais influentes no campo dos estudos de gênero, Judith Butler, que introduziu o conceito de "performatividade de gênero" em sua obra "Gender Trouble" (1990), tem sido influente em discussões sobre sexualidade, feminismo, queer theory e estudos de gênero, promovendo uma compreensão mais complexa e dinâmica das identidades de gênero.

sexismo isoladamente, mas sim pela intersecção de ambos, na medida em que as identidades sociais são interdependentes e que a opressão que uma pessoa enfrenta não pode ser reduzida a uma única dimensão. Desta forma, se destaca como certos grupos podem ser invisibilizados nas análises tradicionais que focam em uma única categoria, como o feminismo ou o movimento pelos direitos civis. A abordagem interseccional examina como diferentes sistemas de opressão (como racismo, sexismo, classismo) interagem e se reforçam mutuamente, afetando as vidas das pessoas de maneira complexa, também propõe que as políticas e ações de justiça social devem considerar essas interseções para serem verdadeiramente eficazes e inclusivas.

### **3. Metodologia**

O presente trabalho, cujo objetivo geral é identificar como Erika Hilton constrói sua imagem de defensora de pautas progressistas, adotou uma abordagem qualitativa e interpretativista, sendo de natureza bibliográfica e documental. Como aporte teórico mobilizou a ATD (cf. Adam, 2011), o conceito de interseccionalidade (cf. Creenshaw, 2002) e o conceito de performatividade de gênero (cf. Butler, 1990). A escolha dos autores foi motivada pela relação com os temas: análise da representação discursiva e referenciação (tanto autorreferenciação quanto heterorreferenciação), a performatividade de gênero e a interseccionalidade.

A pesquisa qualitativa possibilita uma análise dos fenômenos discursivos, considerando os contextos e os significados atribuídos pelos sujeitos em interação social (Minayo, 2007). O caráter documental do estudo se justifica pelo uso de materiais pré-existentes, como discursos e declarações públicas, que constituem o corpus analisado.

A metodologia deste estudo foi organizada em cinco etapas interdependentes. Primeiramente, realizou-se a transcrição de um vídeo de um pronunciamento da deputada Erika Hilton, postado em seu perfil no You Tube. A partir desse corpus, a análise concentrou-se na representação discursiva, com ênfase nos processos de referenciação, para identificar como as escolhas linguísticas moldam a imagem pública da deputada, posicionando-a em contextos de legitimidade ou desqualificação. Em seguida, foi aplicada a análise interdiscursiva, que buscou evidenciar como vozes e

sentidos históricos e contemporâneos relacionados a gênero, raça e sexualidade atravessam os discursos, considerando também as normas socioculturais que os sustentam.

Posteriormente, a análise incorporou a interseccionalidade (Crenshaw, 1989), verificando como gênero, raça e classe interagem para construir experiências específicas de violência ou resistência nos discursos. Por fim, explorou-se a performatividade de gênero (Butler, 1990), examinando como os enunciados reiteram ou contestam normas culturais, ressignificando a atuação política da deputada. Essa abordagem integrada permitiu uma leitura crítica das práticas discursivas, revelando como linguagem, poder e identidade se articulam para configurar Erika Hilton enquanto sujeito político que desafia as convenções sociais e institucionais.

#### 4. Resultados e Discussão

Nesta seção, apresentamos os principais achados após submeter o corpus à unidade de análise primeira, a referenciação. Sistematizamos no quadro abaixo os referentes e as referências correspondentes<sup>5</sup>:

*Quadro 1: Auto e heteroreferenciação*

AUTOREFERENCIAÇÃO		
Referente	Referência	Referências indiretas (predicações)
<b>Erika Hilton</b>	<b>Eu, me, mim, nós</b> Esgotadas, exauridas, cansadas	"Sou filha de uma mulher evangélica." "Fui expulsa de casa aos 14 anos por minha mãe que foi cooptada por um discurso como esse." "Sou uma sobrevivente do ódio de vossas excelências." "Estar aqui hoje suportando os horrores que vocês me dizem já é um ato extremo de resistência."
<b>Comunidade e LGBTQIAPN+</b>	Nós, nossa comunidade, minha comunidade os oprimidos, os humilhados, os amaldiçoados, os apedrejados	"Um grupo massacrado da sociedade brasileira." "A população LGBTQIA+ segue sendo violentamente assassinada." "Estamos tentando defender os pouquíssimos direitos que temos." "Chegamos aqui para representar a voz e o anseio de milhões de brasileiros."

<sup>5</sup> O discurso, na íntegra, não pôde ser transcrito neste artigo porque é muito longo. Há vários referentes e suas referências correspondentes, os quais também não foram mobilizados, pois em função da limitação de páginas, mantivemos apenas os principais referentes para o recorte selecionado, quais sejam: a deputada, a comunidade LGBTQIAPN+ e seus opositores. O link para o vídeo está listado no anexo.

HETEROREFERENCIAÇÃO		
Referente	Referência	Referências indiretas (predicações)
<b>Adversários políticos</b>	"vossas excelências", "deputados", "os senhores" "Malabarismo do cinismo, do mau-caratismo." "Falsos profetas."	"Usam o nome de Deus para pregar ódio." "Aqueles que compartilham imagens dos atos golpistas no dia 8 de janeiro." "Aqueles que defendem a família, os bons costumes." "Aqueles que atacam o STF são os mesmos que respondem a inquéritos por crimes." "Vivem na sanha fetichista de reproduzir discursos genitalistas."

Fonte: elaboração dos autores

Outro grupo de referentes foi sistematizado de outra forma, na medida em que há uma diferenciação entre esses referentes. Trata-se do grupo de referentes relacionado ao cristianismo. Os dados encontram-se sistematizados no quadro 2, abaixo:

REFERÊNCIAS AO GRUPO RELACIONADO AO TEMA CRISTIANISMO	
<b>Cristãos</b>	Referências indiretas (predicações) "Não há nada contra as igrejas." "Sou filha de uma mulher evangélica, minha avó é cristã." "Não existe uma guerra entre a comunidade LGBTQIA+ e os cristãos."
<b>Fundamentalistas</b>	"Fundamentalistas são diferentes de religiosos." "O fundamentalismo é um projeto de poder político." "Utilizam a vulnerabilidade social das pessoas para impor sua vontade."

Fonte: elaboração dos autores

Há uma grande quantidade de outros referentes e suas respectivas referências, mas por necessidade de delimitação, foram desconsiderados neste trabalho e selecionamos apenas aqueles que mais diretamente contribuíram para a construção da imagem que será detalhada na próxima seção.

#### 4.2 Discussão:

No trecho "(...) a gente chega a essa hora da tarde, esgotadas, exauridas cansadas, de tanto escutar atrocidades, violência, ataques e desrespeitos por parte dos parlamentares desta casa", as expressões "cansadas, esgotadas, exauridas" podem ser interpretadas como referências à própria deputada e também a outras mulheres que compartilham de sua posição e enfrentam a mesma realidade exaustiva no ambiente da plenária, tal como Duda Salabert (PT), também uma mulher trans, e inúmeras outras deputadas mulheres cisgênero. Essa interpretação é sustentada pelo uso do pronome inclusivo "a gente", que indica um grupo ao qual a deputada pertence. Além disso, o uso do feminino plural reforça a ideia de que se trata de mulheres, como Erika, que estão

fisicamente e emocionalmente desgastadas devido ao contexto de violência simbólica, ataques e desrespeito mencionados no discurso.

Portanto, essas expressões funcionam como elementos de referenciação, contribuindo para a construção discursiva de uma imagem coletiva de resistência e enfrentamento, composta por mulheres que ocupam espaços de poder tradicionalmente masculinos e hostis.

Um outro trecho de análise na fala de Erika Hilton é “...falsos profetas, são isso que vossas as excelências são, usam o nome de Deus para pregar ódio para pregar intolerância. Eu tenho certeza que se Jesus Cristo voltasse hoje não seria com vossas excelências que ele se sentaria, seria conosco, os oprimidos, os humilhados, os amaldiçoados, os apedrejados...” e, para discuti-lo com base na discussão de Adam (2011) sobre a referenciação, ponderamos sobre a relevância de se distinguir entre a autorreferenciação e heterorreferenciação, pois precisamos entender como o discurso constrói uma relação de sentido entre o “eu” (locutor) e o “outro” (o interlocutor ou o adversário no discurso).

Neste fragmento, Erika utiliza a autorreferenciação ao se colocar no grupo dos “oprimidos, humilhados, amaldiçoados, apedrejados”. Ao fazer isso, ela se alinha com aqueles que sofrem injustiça e marginalização, opondo-se ao grupo das “vossas excelências”, que ela acusa de serem “falsos profetas”. Essa autorreferenciação é estratégica, pois reforça o lugar de fala dela como alguém que representa ou está junto aos oprimidos. Com isso, a deputada afirma sua legitimidade para questionar e criticar os outros. Já ao referir-se às “vossas excelências” como “falsos profetas”, Erika utiliza a heterorreferenciação para designar o outro (os membros da câmara que ela critica) como hipócritas e intolerantes. O uso do termo “falsos profetas” evoca um sentido bíblico e moral, que é complementado pela acusação de que esse grupo utiliza o “nome de Deus para pregar ódio e intolerância”. Assim, ela cria um contraste, colocando as “excelências” num lugar de crítica religiosa e moral.

A atuação de Erika Hilton na política pode ser compreendida como uma performance constante que reafirma sua identidade de mulher trans e sua resistência às normas hegemônicas de gênero. Quando ela se refere a si mesma como uma mulher trans ou coloca sua luta pela igualdade de gênero como central em seu discurso político, Hilton está reiterando sua identidade e contestando as normas que marginalizam as

peessoas trans. Esses atos linguísticos e performativos não apenas a posicionam como uma figura política, mas também questionam as estruturas cisnormativas que tentam deslegitimar as existências trans.

Além disso, o comportamento de Hilton no espaço legislativo pode ser visto como uma forma de subversão das normas de gênero que regulam quem tem acesso ao poder político. Como Butler (1990) coloca, o poder atua para naturalizar certas identidades e marginalizar outras, mas a performatividade abre espaço para resistências. Hilton utiliza o espaço legislativo, tradicionalmente reservado a corpos cis e heteronormativos, para afirmar sua existência e lutar contra as exclusões estruturais que afetam pessoas trans e outras minorias. Por conseguinte, Erika Hilton encarna o que Butler descreve como um sujeito que resiste à hegemonia e subverte o sistema, usando a performatividade de gênero não apenas como uma expressão de si mesma, mas como uma estratégia política de enfrentamento e transformação social. Sua presença e atuação mostram que a identidade de gênero não é apenas uma categoria individual, mas um campo de luta política e discursiva.

A análise da atuação de Erika Hilton à luz da teoria da interseccionalidade (cf. Creenshaw, 2002) destaca a relevância do conceito como ferramenta analítica para compreender como múltiplas identidades sociais interagem e produzem experiências únicas de opressão e privilégio. Neste conceito de interseccionalidade evidenciamos como identidades como gênero, raça, classe e sexualidade não operam de forma isolada, mas se entrelaçam, criando camadas específicas de discriminação ou poder.

Erika Hilton, como mulher negra, trans e pertencente à comunidade LGBTQIAPN+, encarna uma identidade interseccional que desafia múltiplos sistemas de opressão, como o racismo, o machismo, a transfobia e a LGBTfobia. Ao abordar questões relacionadas às políticas públicas LGBTQIAPN+, Hilton articula não apenas sua identidade de gênero, mas também a sua experiência racial e política, evidenciando como essas dimensões de sua existência estão entrelaçadas. Por exemplo, quando ela defende os direitos das pessoas trans negras, ela não está apenas respondendo à transfobia, mas também ao racismo estrutural que marginaliza corpos negros, pressupondo exatamente a superposição e entrelaçamento de categorias que explicam a opressão em diversos níveis interrelacionados.

Conforme Crenshaw (1989) argumenta, as políticas e discursos que ignoram as intersecções acabam excluindo indivíduos que vivem na confluência de múltiplas opressões. Na atuação discursiva de Hilton é possível visualizar uma performance política que não apenas desafia a norma cis-heteronormativa, mas também coloca em evidência como a identidade negra e trans sofre marginalização particular. Seu discurso sobre igualdade racial, inclusão LGBTQIAPN+ e direitos das mulheres trans evidencia uma luta integrada, que reconhece que as opressões são interdependentes e precisam ser combatidas em conjunto. Hilton, ao trazer essa perspectiva interseccional, evidencia como as demandas das pessoas negras trans não podem ser diluídas em lutas genéricas por gênero ou raça. Assim, sua performance discursiva e política alinha-se à teoria de Crenshaw, ao revelar as limitações de abordagens universalistas e ao propor uma política que considera as identidades múltiplas como centrais para qualquer projeto de justiça social.

### **Conclusão**

A pesquisa teve como objetivo analisar como a deputada Erika Hilton constrói sua imagem política por meio de estratégias discursivas, focando em seu pronunciamento sobre o projeto de lei contra o casamento homoafetivo. O problema inicial buscava compreender como as escolhas discursivas da deputada refletem sua resistência às estruturas de opressão e reforçam sua legitimidade política. Os resultados demonstraram que Hilton utiliza mecanismos de autorreferenciação e heterorreferenciação, além de estratégias interdiscursivas, para posicionar-se como uma defensora dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+, ao mesmo tempo em que critica seus adversários, expondo suas contradições e preconceitos. Nossa análise revelou como a deputada mobiliza discursos de resistência, performando múltiplas identidades interseccionais, como mulher negra e trans, em um espaço político marcado por hostilidades. Este estudo utilizou a abordagem qualitativa, que nos permitiu evidenciar não apenas as escolhas linguísticas de Hilton, mas também as dinâmicas sociais e culturais que moldam sua atuação.

A representação discursiva de Hilton pode ser vista como uma performance de identidade. Suas escolhas discursivas são também performances de gênero, pois seu

discurso afirma sua identidade trans e desafia normas de gênero tradicionais ao se posicionar como uma mulher transgênero no poder. O modo como ela referencia a si mesma pode ser lido como uma performance contínua que ressignifica e legitima sua presença no espaço político.

A performatividade de gênero de Hilton se torna ainda mais complexa quando vista sob uma lente interseccional. A identidade dela não é apenas de uma mulher trans, mas também de uma mulher negra, pertencente à comunidade LGBTQIAPN+, e uma defensora de direitos em um espaço dominado por homens cis e heteronormativos. Cada performance discursiva de Hilton é uma negociação dessas múltiplas identidades.

A interseccionalidade pode ser revelada no modo como Hilton referencia sua própria identidade e os grupos aos quais pertence. A representação discursiva de Hilton e de seus opositores pode ser lida a partir de como suas várias identidades interseccionais são mobilizadas e performadas discursivamente para construir legitimidade e combater a marginalização. O discurso de Hilton, ao referir-se à sua luta, incorpora essas múltiplas dimensões de sua identidade, gerando uma performance de resistência que é tanto de gênero quanto de raça e classe social.

A despeito do exposto identificamos algumas limitações, especialmente quanto à abrangência do corpus, restrito a um único pronunciamento, e à ausência de uma análise mais ampla sobre o impacto discursivo em públicos distintos, por esta razão acreditamos que haja espaços para que futuros estudos ampliem o escopo a fim de incluir outros discursos e mídias sociais, além de explorar como diferentes grupos sociais interpretam as estratégias discursivas de Hilton. Pesquisas que combinem metodologias qualitativas e quantitativas podem oferecer uma visão mais abrangente sobre o papel do discurso político na luta por justiça social e inclusão. De todo modo, acreditamos que este trabalho contribui para a identificação das práticas discursivas em contextos de enfrentamento e transformação social.

## Referências

ADAM, Jean-Michel. **A Linguística Textual: por uma análise textual dos discursos**. São Paulo: Ed. Cortez, 2011

BUTLER, Judith. Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. In: (Ed) CASE, Sue-Ellen. **Performing**

**Feminisms, Feminist Critical Theory and Theatre.** Baltimore: The John Hopkins Press: 1990

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2002, vol.10, n.01, pp.171-188. ISSN 1806-9584.

CORTEZ, Suzana L. e KOCH, Ingedore G. V. A construção do ponto de vista por meio de formas referenciais. Em: CAVALCANTE, Mônica M.; LIMA, Silvana M. C. de. **Referenciação: teoria e prática.** São Paulo: Cortez Editora, 2014. E-book. p.5. ISBN 9788524922770.

#### ANEXOS

Link do vídeo transcrito para o trabalho:

[https://youtu.be/nPuYqaz\\_HTw?si=xNpluiz\\_8HYf-3xq](https://youtu.be/nPuYqaz_HTw?si=xNpluiz_8HYf-3xq)